

Ex. mo Sr.
Gerente da Firma
GeoAtributo, Lda

Convite para apresentação de proposta

Objeto: Aquisição de Serviços para Elaboração da Revisão da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Município de Vila Nova de Paiva

Procedimento por **"AJUSTE DIRETO"**

abril/2022

Tendo em vista a contratação acima referida, convida-se essa Digna Empresa a apresentar proposta de acordo com as especificações constantes do Caderno de Encargos, cujo exemplar se anexa.

Para efeito e de acordo com o estabelecido no art.º 115.º do Código dos Contratos Públicos (doravante **CCP**) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual, envia-se o documento **"Anexo I – Termos e condições"**, que faz parte integrante deste convite, onde se indicam as regras a que deve obedecer a proposta a apresentar, bem como outros aspetos que regulam este procedimento.

Nos termos das disposições legais em vigor, essa empresa não poderá estar abrangida pelos impedimentos previstos no art.º 55.º do CCP. Em consequência, é obrigatória a apresentação da Declaração a que se refere a alínea a), do n.º 1, do art.º 57.º do CCP, cujo modelo (**Anexo II**) também se envia, sem prejuízo de poder ser exigida ao adjudicatário a apresentação de qualquer dos documentos de habilitação previstos no art.º 81.º do CCP.

Em tudo o não especificado no presente Convite e no Caderno de Encargos, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do referido CCP, bem como outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara

a) Dr. Paulo Manuel Teixeira Ribeiro

ANEXO I – Termos e condições

1. Entidade adjudicante

Entidade adjudicante: **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA**

Pessoa coletiva de direito público com o número 506 809 323;

Sede: Praça D. Afonso Henriques, 3650-207 Vila Nova de Paiva;

Telefone: 232 609 900; Telefax: 232 609 909;

Portal oficial: www.cm-vnpaiva.pt;

Endereço eletrónico: geral@cm-vnpaiva.pt;

Plataforma eletrónica de compras públicas: www.acingov.pt.

2. Decisão de contratar

A entidade competente para a decisão de contratar é o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, de acordo com a competência para autorização de despesa conferida nos termos e limites previstos no artigo 18.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, estando implícita nesta competência a decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento, a decisão de aprovação das peças do procedimento e a decisão de adjudicação, a que se referem, respetivamente, os artigos 36.º, 38.º, 40.º e 73.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).

A decisão de contratar foi tomada por Despacho de 20 de abril de 2022 do Presidente da Câmara Municipal.

3. Modalidade do procedimento de contratação

O procedimento de contratação reveste a forma de **Ajuste Direto** em função de critério de valor, ao abrigo do art.º 18.º e alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP, com a tramitação decorrente dos artigos 114.º a 127.º do CCP, não havendo lugar à negociação a que se refere o art.º 118.º do mesmo Código.

4. Objeto do procedimento

O presente procedimento tem por objeto a **Aquisição de Serviços para Elaboração da Revisão da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Município de Vila Nova de Paiva**, nos termos e condições do Caderno de Encargos, sendo esta prestação de serviços classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) aprovado no Anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, com o seguinte objeto principal: **71410000-5 (Serviços de planeamento urbano)**.

5. Dispensa do júri

O procedimento é conduzido pelos serviços da Divisão de Administração e Finanças (DAF), considerando-se feitas a estes as referências feitas ao Júri no CCP, ao abrigo do n.º 3 do art.º 67.º do CCP, competindo ao Chefe de Divisão ou ao funcionário em quem ele delegar, apresentar o projeto de decisão de adjudicação a que se refere o n.º 1 do art.º 125.º do CCP.



6. Proposta e documentos que a integram

6.1. A proposta a apresentar deverá ser constituída pelos seguintes documentos, redigidos em língua portuguesa:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo **ANEXO II** do presente Convite, do qual faz parte integrante, de acordo com o artigo 57.º, n.º 1, alínea a) do CCP (Anexo I ao CCP), a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

b) Declaração do concorrente que contenha o preço proposto de acordo com o qual o concorrente se dispõe a contratar, bem como as demais condições da prestação de serviços.

c) Declaração do concorrente no qual conste a Equipa de Projeto, com identificação do Coordenador do Projeto e do(s) Autor(es) do Projeto, acompanhada das certidões ou declarações atualizadas das inscrição nas respetivas ordens ou associações profissionais.

6.2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar pertinentes ou indispensáveis para complementar a proposta, ou que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa ao fornecimento que se propõe realizar.

6.3. Os documentos que integram a proposta devem ser elencados no n.º 2 da Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 6.1, devendo se apensos à mesma.

7. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

8. Prazo e modo de apresentação das propostas

8.1. As propostas devem ser entregues no prazo de **5 (cinco) dias** a contar do dia da notificação de consulta efetuada através da plataforma eletrónica de compras públicas indicada no n.º 1, contado nos termos do n.º 3 do art.º 470.º do CCP (prazo contínuo).

8.2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

9. Prazo de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção da proposta é de 66 dias a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

10. Preço contratual

10.1. Pelos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor de 23%.

10.2. O preço referido no número anterior para a totalidade do fornecimento, excluído do IVA, não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço base previsto no Caderno de Encargos.

11. Dispensa de caução e de descontos nos pagamentos

Em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP não é exigida a apresentação de caução, nem há lugar à retenção a que se refere o n.º 3 do mesmo artigo.



13

12. Pedidos de esclarecimentos

12.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento serão prestados nos termos do art.º 116.º do CCP, face ao prazo fixado para a apresentação de propostas.

12.2. Os pedidos de esclarecimentos devem ser solicitados em tempo útil e dirigidos, por escrito, à entidade referida no n.º 1, através da plataforma eletrónica de compras públicas em uso pela entidade adjudicante.

12.3. Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

13. Documentos de habilitação

13.1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos redigidos em língua portuguesa:

a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP, conforme modelo constante do **ANEXO III** ao presente Convite (conforme Anexo II ao CCP), de que faz parte integrante.

b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas a), b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP, a saber:

i) Certificados do registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da sociedade e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou, na sua falta, de documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que os requisitos das alíneas a), b) e i) do art.º 55.º do CCP se encontram satisfeitos (conforme n.º 1 do art.º 83.º-A do CCP);

ii) Declaração atualizada do Instituto da Segurança Social, I.P. comprovativa de que o Adjudicatário tem a respetiva situação contributiva regularizada perante a Segurança Social Portuguesa, ou comprovativo de permissão de consulta da situação contributiva no Portal da Segurança Social (cf. alínea d) do art.º 55.º do CCP);

iii) Certidão atualizada do Serviço de Finanças da sede do adjudicatário, comprovativa de que tem a respetiva situação tributária regularizada perante a Administração Fiscal, ou comprovativo de permissão de consulta da situação tributária no Portal das Finanças (cf. alínea e) do art.º 55.º do CCP).

13.2. Outros documentos exigidos para efeitos contratuais:

a) Certidão do registo comercial da sociedade, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

b) Indicação do número do bilhete de identidade, respetivo serviço emissor, data de emissão e data de validade, e do número de identificação fiscal, ou número do cartão de cidadão e



1

respetiva data de validade, do representante ou representantes do adjudicatário que irão outorgar o contrato, bem como indicação das respetivas moradas, e cópia das respetivas procurações, e quaisquer outros documentos considerados necessários para aferir dos seus poderes de representação, se for o caso.

13.3. O prazo fixado nos termos do n.º 1 pode, por motivos devidamente justificados, ser prorrogado.

13.4. A não apresentação pelo adjudicatário dos documentos solicitados ao abrigo do disposto nos n.ºs 14.1. e alínea a) do n.º 14.2., por motivo que lhe seja imputável, pode determinar a anulação da adjudicação, e a impossibilidade de, durante dois anos, concorrer a procedimentos abertos pela entidade adjudicante.

14. Contrato

14.1. Há lugar à celebração de contrato escrito como resulta "*a contrario*" do artigo 95.º, n.º 1, alínea a), do CCP.

14.2. Depois de aprovada a minuta do contrato pela entidade competente para a decisão de contratar conforme n.º 1 do art.º 98.º do CCP, esta será notificada ao adjudicatário com a decisão de adjudicação, considerando-se aceite por este quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

14.3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e locais fixados para a outorga do contrato.

15. Contagem dos prazos

Salvo disposição expressa em contrário, à contagem dos prazos previstos no presente Convite, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

16. Peças do procedimento

O processo do concurso é composto pelas seguintes peças:

- a) O presente Convite, que inclui 3 anexos;
- b) O Caderno de Encargos.

17. Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente Convite e no Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

O presente anexo faz parte integrante do Convite.

ANEXO II

(A que se refere a alínea a) do ponto 6.1 do Convite)

DECLARAÇÃO

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de consulta prévia para ... (designação ou referência ao procedimento em causa) ..., do Município de Vila Nova de Paiva, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem



prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III

(Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do ponto 13.1 do Convite)

DECLARAÇÃO

1 - ... *(nome, número de documento de identificação e morada)*, na qualidade de representante legal de (1)... *(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes)*, adjudicatário(a) no procedimento de consulta prévia para ... *(designação ou referência ao procedimento em causa)* ..., do Município de Vila Nova de Paiva, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo *[ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)]* os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º